

Capitães, famílias e terras: A ocupação territorial do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVII

BRUNA MILHEIRO SILVA*

Introdução

O texto que se segue busca fazer um breve estudo analítico da formação social da cidade do Rio de Janeiro, partindo das relações construídas pela *nobreza da terra*. Para além disso, pretende entender a forma de construção do espaço, levando em conta os diversos fatores que poderiam influenciar na construção do mesmo: Conhecimentos pré-adquiridos por esses primeiros povoadores e suas concepções de mundo. Por essa razão, irei embasar minha análise num conjunto de concepções vindas do Antigo regime europeu acerca do papel da família, das estratégias de reprodução social e da transmissão de propriedade, especialmente a terra. Com isso pretendo explicar como os primeiros conquistadores tornaram-se capitães e *principais da terra*, adquirindo prestígio e poder na lógica que configura esta sociedade em formação.

Vale lembrar que, apesar da análise partir de concepções trazidas do velho mundo é impossível negar que irá adquirir novos traços na sociedade carioca, especialmente devido ao encontro com as populações autóctones que participam cotidianamente desta sociedade em formação. Elas estão presentes nas alianças com os grupos europeus e até mesmo como força de trabalho fundamental para a montagem desta sociedade, também no seu aspecto material.

No que se refere aos principais itens pesquisados, a preocupação girou em torno das estratégias em relação à passagem de bens, especialmente a terra, ocupação de cargos na governança e a reiteração familiar. Esses itens eram utilizados no Rio de Janeiro como forma de manutenção de status, fazendo com que existissem determinados grupos predominantes, que tinham em suas mãos não só as melhores terras da cidade, como também o mando da *República* e os principais e mais eficazes meios de barganha para com a Coroa portuguesa.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, agradeço ao financiamento do CNPq.

Os primeiros anos da presença europeia no Rio de Janeiro

Os primeiros tempos no Rio de Janeiro foram fortemente marcados pela conquista. O convívio entre portugueses, franceses e indígenas caracterizou de forma contínua a cidade em sua gênese. Ao delimitar o objeto de estudo, priorizei o grupo de capitães em sua maioria de raízes lusas, ligados à promoção da *República*¹ na sociedade carioca em formação.

O processo de ocupação da cidade do Rio de Janeiro esteve fortemente vinculado à participação dos grupos locais, ou melhor dizendo, de segmentos das elites de várias regiões da América lusa, principalmente nos primeiros anos. A chegada dos primeiros grupos de conquistadores à baía de Guanabara refletia o próprio processo no qual se construía a sociedade colonial em *terras brasílicas*: A união das diversas partes em prol de um objetivo maior – o domínio sobre os espaços – expulsando possíveis invasores de terras que deveriam pertencer à Coroa portuguesa.

Já é conhecido pela historiografia o litígio entre portugueses e franceses pelo domínio das terras do entorno da baía de Guanabara. Apesar de não ser a proposta deste texto discutir tais tensões, vale a pena destacar que neste momento a posse das terras guanabarianas ainda era algo muito indefinido e a ocupação das mesmas muito necessária como forma de garantir sua posse. De acordo com Antonio Manuel Hespanha, a famosa bula papal que dividia o mundo entre as potências ibéricas foi apenas uma confirmação do que a lei internacional da época já previa: Ocupação de terras vazias, aquisição de direitos por tratado de contrato e conquista feita através da guerra justa (HESPANHA, 2010, 54). Sendo assim, a Coroa portuguesa não possuía qualquer garantia além desta de que as terras de além-mar lhe pertenciam e talvez por isso, a presença de conquistadores se tornasse tão essencial.

A formação da hierarquia social no Rio de Janeiro, materializada na formação de uma elite de *principais da terra* parece ter se originado nos primeiros anos de instalação da cidade, tendo como marco as sucessivas derrotas de tamoios e franceses nas guerras de conquista. Devido a importância destes episódios para a consolidação da presença

¹ O conceito de *República* pode ser entendido como: Bens e serviços que se relacionavam ao bem comum da localidade e que eram entregues a grupos privilegiados, lhes dando a possibilidade de apropriação de parte dos rendimentos da produção social.

portuguesa na região, dizer-se conquistador ou descendente de conquistador passará a ser sinônimo de prestígio social, situação que terá como consequência o recebimento de mercês régias, ocupação de cargos locais e a obtenção de terras – e principalmente poder de influência nos assuntos locais. Diante da Coroa portuguesa, estes grupos adquirem o direito de organizar esta nova sociedade através das noções de economia do bem comum e de *República*, anteriormente mencionadas.

A origem destes conquistadores que chegam ao Rio de Janeiro nestes primeiros anos são regiões da própria América já dominadas por portugueses e de ocupação mais antiga, principalmente de São Vicente, Espírito Santo e Bahia. (BELCHIOR, 1965, passim).

Esse fato por si só já leva a considerar algumas possibilidades: É bem provável que esses capitães já possuíssem um conjunto de relações anteriormente vividas nestas outras regiões e que o Rio de Janeiro fosse inserido numa lógica de ocupação não completamente nova.

Uma outra característica dos primeiros anos da ocupação portuguesa na América, está relacionada à instalação do cultivo da cana de açúcar. No caso do Rio de Janeiro, a fundação e ocupação da cidade antecede a montagem dos engenhos, o que contraria a visão comumente aceita de que estes é que teriam dado lugar a uma vida social no Rio de Janeiro. O que considero importante ressaltar em relação a isso é que, não eram unicamente as relações econômicas que ditavam a formação da sociedade carioca e sim um conjunto de outras variáveis que envolviam os diferentes grupos sociais.

Os estudos mais recentes e que têm demonstrado uma vida colonial autônoma e dinâmica, principalmente após a publicação do Antigo Regime nos trópicos (FRAGOSO, GOUVEA, BICALHO, 2000) têm contribuído bastante na adoção de novos objetos para o estudo do período colonial e na elaboração de novos parâmetros teóricos e metodológicos. Um destes elementos, como já disse, é justamente a existência de grupos locais com poder de mando e autoridade para limitar a atuação da Coroa portuguesa nos territórios ultramarinos. Isto fica bastante óbvio no caso do Rio de Janeiro quando os *principais* argumentavam que serviam na manutenção e prosperidade da monarquia, já que em nome da Coroa portuguesa, haviam abandonado suas casas e

arriscado suas vidas, a dos seus e seus bens para conquistar e garantir a posse das terras ao rei. (FRAGOSO, 2000, 56).

Por essa razão, para compreender esse ganho de prestígio e poder dentro da cidade, torna-se fundamental buscar entender como estes capitães passaram a adquirir o status *de nobreza da terra* e que tipos de relações traçavam no Rio de Janeiro e em suas regiões de origem. Ou seja, pretendo provar que as relações de poder interinas vão influenciar a própria distribuição territorial e fundiária da cidade, tema central deste capítulo. Dizendo de forma mais clara: acredito ser impossível fazer uma análise das doações de sesmarias e da organização territorial desta localidade sem considerar os aspectos da formação social colonial carioca que foram anteriormente apresentados.

Transmissão de propriedade

De acordo com Manoela Pedroza, a ideia de reprodução social ou familiar é resultante do processo pelo qual uma determinada população consegue perpetuar as estruturas e relações que a constituem num determinado tempo e lugar. Desta forma, ela conclui que este tipo de reprodução está relacionado aos meios de que uma família lança mão para a transferência geracional de bens. “Sendo assim, a reprodução social está ligada à produção e reprodução de unidades domésticas e dos indivíduos, mediante estratégias individuais e cooperativas, mesmo com algum grau de tensão entre elas.” (PEDROZA, 2010, 143)

Sendo assim, para que se possa compreender a transferência geracional de bens como a terra é de extrema importância que se conheça os princípios norteadores das ações familiares, que no caso do Antigo regime, estão ligadas à necessidade de sustento da parentela, através do perpetuamento de determinados tipos de relações e práticas sociais que dão coesão a esta sociedade.

Pode-se perceber, portanto, que o estudo das sociedades pré-industriais traz consigo uma imensa quantidade de variáveis, relacionadas a permanência de práticas da cultura camponesa². Uma das principais questões é que acompanhou de forma sistemática as

² GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, companhia das letras, 1987. Neste livro, o autor apresenta a vida de um moleiro, Menocchio que sofre dois processos inquisitoriais. A partir da trajetória dele, Ginzburg discute o encontro entre duas culturas diferentes: A cultura popular, baseada na tradição camponesa pré-cristã e a cultura escolástica medieval, hierárquica e profundamente

várias gerações familiares nos campos europeus é a da transmissão da propriedade familiar. Ela comprometia uma enorme quantidade de fatores em relação à sobrevivência da parentela, que necessitava adotar certos mecanismos de proteção e assim evitar o desaparecimento completo do bem fundiário.

Uma destas estratégias e a principal delas, era o casamento quase exclusivamente praticado de forma endogâmica – casamento com pessoas do mesmo grupo social - escolhidas pela própria família. Uma outra estratégia de manutenção da propriedade adotado foi o celibato, ou seja, alguns dos filhos seriam encaminhados às carreiras eclesiásticas caso a situação da família assim o exigisse. Isso acontecia geralmente quando a família não tinha condições de oferecer um dote compatível com a sua realidade social e acabava optando por manter seus bens no seio da Casa.

No caso do Portugal no Antigo Regime, a falta de oportunidades no que se refere ao processo sucessório e à distribuição dos bens, principalmente devido ao sistema do morgadio³ obrigava os filhos segundos e terceiros a buscar outras opções de sobrevivência, já que a propriedade da família não era dividida entre todos filhos. Esse fato acabou abrindo brechas para a ocupação de novas terras como foi o caso das ilhas Atlânticas, ocupadas pelos portugueses no início da época moderna e também das *terras brasílicas*.

Todos esses esclarecimentos são importantes antes da apresentação das fontes sobre a distribuição de terras no Rio de Janeiro colonial, pois a questão da transmissão das mesmas correria o risco de assumir dimensões equivocadas. Em primeiro lugar porque se deve ter uma preocupação com as práticas sociais destas famílias, suas estratégias de sobrevivência, suas alianças entre outras coisas para que a ocupação não assuma uma dimensão de voluntarismo que a tornaria algo sem qualquer ordenamento. Ou seja, essas escolhas deveriam ser feitas de acordo com alguns princípios que já faziam parte do arcabouço mental destes indivíduos e por essa razão se torna tão importante buscar

religiosa. Para ele, as ações de Menocchio estariam muito próximas das leituras feitas por ele ao longo da vida e que lhe causavam uma certa confusão de ideias em relação a vários aspectos, entre eles a própria criação do mundo.

³ De acordo com o dicionário Raphael Bluteau, a palavra morgadio se originaria da palavra latina *primigenium*. A definição de Molina é a seguinte: *ad finem, morgado, est affectum vinculo, ut in eo inalienabili ac indiviso eo ordine, ipso succedatur quo ab illius institutore suit statutum*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br>.

conhecer que valores norteavam suas vidas, seus pensamentos e a partir dos quais organizavam suas ações.

Tendo isso em mente, pode-se afirmar com certa segurança que houve a predominância da forma endógena de transmissão da propriedade da terra indicando a preferência pela doação (incluindo o dote, mas em menor quantidade) e a herança. Por outro lado, ao analisar as fontes sobre o Rio de Janeiro nos séculos XVI e primeira metade do XVII, pude perceber que a expropriação também foi um fator recorrente de acesso aos bens fundiários. Uma grande quantidade de beneficiados não ocupou a terra recebida de forma satisfatória, levando a que esta fosse repassada a outrem e assim por diante. Além disso, também existem casos de acesso às terras através da compra, mas dentre todos os procedimentos de obtenção da mesma este é o menos adotado pelos habitantes dos primeiros 100 anos da cidade (pelo menos o que se tem menos informações). Se realmente existiam muitas transações comerciais relativas a este tipo de bem, elas não eram registadas ou os documentos se perderam com a passagem do tempo, o que dificulta uma análise mais precisa neste sentido.

De acordo com Maurício de Almeida Abreu, a Coroa portuguesa tomava posse de terras por aquisição originária (direito de conquista) e a partir disso, nomeava representantes para promover a distribuição desses espaços “vazios” (ABREU, 2010, 205 e 206). Essas doações eram passadas em forma de sesmarias, no caso das *terras brasílicas*, foram inicialmente concedidas por donatários e só posteriormente pelo governador geral ou pelo governador capitania.

Segue abaixo um trecho presente nos documentos de sesmarias que regulamenta a questão da doação de terras e que consta entre as fontes do Rio de Janeiro:

“... as terras e águas das Ribeiras que estiverem dentro do termo e limite da dita cidade que são seis léguas para cada parte que não forem lá dadas as pessoas que as aproveitem e estiverem vagas e devolutas para mim e por qualquer via ou modo que seja podereis dar de sesmaria as pessoas que as pedirem as quais terras assim dareis livremente sem outro algum foro ou tributo somente o dízimo a ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo com as condições e obrigações do foral dado as ditas terras da minha ordenação do 4º livro título das sesmarias com tal condição que tal pessoa ou pessoas residam na povoação da dita baía ou que assim lhe forem dadas ao menos três anos e que dentro no dito tempo as não possam vender nem alienar e tereis em lembrança que não deis a cada pessoa mais terra que aquela que virdes e vos parecer que segundo sua possibilidades pode aproveitar e tornando a pedi-las, vos lhes dareis de

novo para as aproveitarem com as condições e obrigações contéúdas neste capítulo o qual se tresladara nas cartas das ditas sesmarias com as ditas condições e declarações...” (SERRÃO, 1965, 225-229).

O pagamento do dízimo à Ordem de Cristo era o único ônus obrigatório, colocado sobre a produção, devendo, portanto ser pago também por aqueles que não possuísem terras. Por outro lado, não era obrigatório o pagamento de foro ou tributo à câmara como bem consta na citação acima.

Este trecho parece fazer referência também às ordenações, na matéria que regulamenta a passagem de bens fundiários, como pode ser visto. Nele percebe-se também que esse tipo de transmissão já estava prevista na legislação reinol e acrescenta alguns itens: A necessidade de aproveitamento da terra no tempo de três anos, depois dos quais ela poderia ser passada a outrem. Caso o beneficiário da terra a aproveitasse como mandava o regimento, passado o tempo previsto na lei, ela poderia ser vendida ou alienada. Entretanto, apesar das determinações legais e do beneficiamento previsto, a situação cotidiana dificultava que esta posse fosse cumprida a risca, principalmente devido a instabilidade das relações com as populações indígenas. Isso levou a que o tempo de aproveitamento fosse prolongado de acordo com as necessidades.

Além destes aspectos, ao passar à análise dos documentos pesquisados, deve-se fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, Abreu observou que as doações seguiam os cursos dos rios, sendo as primeiras localizadas na foz e as seguintes indo em direção à nascente. Para ele, justamente esta indicação tornou possível uma reconstrução aproximada da localização das doações, já que os nomes dos rios puderam ser reconhecidos (ABREU, 2010, 211).

Deve-se ter em mente que, tanto as doações de sesmarias quanto a ocupação do Rio de Janeiro estão relacionados a um contexto mais amplo já que a região possuía uma atração no sentido da posição estratégica em relação ao Atlântico. Sendo assim, a defesa e ocupação da mesma estavam diretamente ligados à garantia por parte da Coroa portuguesa de vários circuitos mercantis que se formavam.

Tendo todas estas questões em mente, e para além disso, torna-se ainda importante especificar a nomenclatura de sesmarias encontrada nas fontes. O vocabulário utilizado

foi de certa forma generalizado nas várias regiões onde houve presença portuguesa e onde não havia ocupação prévia com moldes parecidos⁴.

O Rio de Janeiro foi fundado com o estatuto de cidade real e por isso, a primeira forma de distribuição fundiária foi a sesmaria patrimonial que delimitava o termo (Como observado no mapa 1), demarcando os limites da cidade que devia ser entregue à Câmara. Dela, partiam os *chãos* e o *rossio*.

As sesmarias de *chãos* eram dadas aos moradores para casas e quintais, no interior dos limites do termo da cidade enquanto que as sesmarias que ocupavam os trechos para além do termo eram chamadas de *terras*. Ao olhar as fontes com bastante cuidado, percebe-se que predominam essas duas divisões.

Explicadas as nomenclaturas, passemos agora a uma análise dos registros sesmariiais. A maior parte das sesmarias doadas ao longo da segunda metade do século XVI foram de *chãos*, ou seja, doadas dentro do termo da cidade. Isso pode ser indício de que a cidade do Rio de Janeiro sofria um processo de intenso povoamento. É interessante notar também, que na leitura das cartas as doações dos anos de 1594-1595 e 1595 já se encontravam incluídas terras devolutas.

As sesmarias fora do termo também foram doadas em grande quantidade, indicando uma intensa ocupação das áreas para além do entorno da cidade. Como já foi visto, as terras não aproveitadas eram repassadas, o que representa também uma intensa movimentação de pessoas de posse e devolução de terras.

Dentre as dificuldades enfrentadas para a ocupação destas terras, parece que os conflitos com os grupos indígenas, principalmente tamoios foram os mais comuns. As doações muitas vezes não levavam em conta a existência ou não de populações hostis à presença portuguesa, e apesar das tentativas de alguns destes sesmeiros em fazer alianças com eles, nem sempre esta alternativa funcionava de forma eficaz. Isso porque, esses índios possuíam suas próprias vontades e não sentiam-se obrigados a ceder diante de pressões externas. As alianças com portugueses podiam ser feitas e desfeitas de acordo com as necessidades da aldeia, o que não tornava a vida dos sesmeiros muito fácil e que ao mesmo tempo retardava o povoamento da região aos moldes europeus.

⁴ Não estou com isso pretendendo desconsiderar a ocupação dos grupos indígenas, que já se encontravam instalados na região antes da chegada de europeus. No entanto, vale ressaltar que estes possuíam uma relação com a terra diferente dos europeus e que fazia com que não a considerassem uma propriedade a ser vendida ou trocada.

Em algumas cartas também foram doadas outros tipos de sesmarias, ilhas e sobejos⁵, ambos em pouca quantidade.

As doações de *terras* e *chãos* continuaram ao longo da primeira metade do século XVII, o que denota a continuação da ocupação territorial.

Nas primeiras doações relativas ao século XVII, a tendência de doação de sesmarias de *chãos* em maior quantidade continuou predominante, embora estivesse muito próxima da quantidade de sesmarias de *terras*. Por outro lado, o número de sobejos de terras tendeu a aumentar. Tal fato parece indicar que a quantidade das terras disponíveis para doação diminuiu, obrigando a que fossem pedidos os pedaços restantes de outras terras.

Outras observações também devem ser feitas em relação a esta documentação. Primeiramente, pude perceber que, a maioria das pessoas recebia apenas uma sesmaria e em geral esta era de *chãos* para casas, na quais a pessoa pretendia morar. Portanto, na maioria dos casos cada indivíduo que pedia, recebia apenas uma doação ao longo da vida. É claro que isto variava de acordo com as possibilidades dele em transformar a terra recebida em produtiva, como mandava nas ordenações do reino.

Por essa razão, parece ser fundamental entender a doação das terras em toda a sua amplitude, pois além da ocupação do território, elas estão relacionadas a própria necessidade de sobrevivência destas pessoas que habitavam ali. Digo isto porque, ao relatarem a razão de pedir a sesmaria, na grande maioria dos casos, afirmavam que era para fazer casas de moradias e/ou roças.

O que estou querendo dizer diante disso é que a doação de terras, além de estar diretamente ligada ao povoamento da cidade e do entorno dela, encarna também a própria necessidade de subsistência destas pessoas, que ao ocupar a cidade, precisavam

⁵ De acordo com Maurício de Almeida Abreu, sobejo de terras eram interstícios de regiões já ocupadas que os colonos descobriam ainda estarem disponíveis e pedindo-os para si. De acordo com as fontes da época, sobejo significa “aquilo que sobra” de uma determinada sesmaria doada. Cf. ABREU, Maurício de Almeida. Concessão de sesmarias e expansão do povoamento. In: _____. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Vol. 1, Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson, 2010. p.227. As fontes da época, também se referem a sobejo como “aquilo que sobra” de uma determinada dada de terra.

de um lugar para morar e espaço para plantar seu sustento. Ou seja, existe uma dependência direta e necessária entre ambas as questões.

Além disso, pode-se afirmar que já nos últimos anos do século XVI, a sociedade colonial carioca em formação possuía uma vida social baseada em diversos tipos de atividades e relações que não se limitavam a construção dos engenhos. É claro que a produção da cana era uma atividade importante, mas deve-se ter em conta que era necessário a posse de um determinado cabedal, trabalhadores e escravos para movimentar esta atividade, portanto, ela esteve restrita a alguns segmentos da população, diga-se, aos *principais da terra* e suas alianças.

A captura de índios, por exemplo, era uma atividade praticada em larga escala especialmente por *principais* de origem vicentina era, pois nesta época estes forneciam a força de trabalho principal utilizada em várias atividades, principalmente aquelas relacionadas à manutenção destes mesmos apresadores. John Manuel Monteiro observa que, desde os últimos anos do século XVI, esses colonos assaltavam várias sociedades indígenas em diversos lugares, levando-os aos montes para suas fazendas para a prestação de “serviços obrigatórios”.

“Estas frequentes expedições para o interior alimentaram uma crescente base de mão-de-obra indígena no planalto paulista, que, por sua vez, possibilitou a produção e o transporte de excedentes agrícolas, articulando –ainda que de forma modesta- a região a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil do Atlântico meridional.” (MONTEIRO, 1994, 57)

Apesar de o autor referir-se ao planalto paulista especificamente, é quase certo que uma parte significativa da força de trabalho empregada no Rio de Janeiro fosse também de escravos da terra. Além de se poder afirmar que a dependência por contingentes indígenas tornava-se necessária à manutenção da economia local também no Rio de Janeiro, o autor fala com segurança que a participação dos grupos indígenas foi componente fundamental para o sucesso da ocupação portuguesa, através das alianças feitas entre colonos portugueses e as lideranças nativas.

Além do trabalho escravo indígena, já era largamente utilizada a força de trabalho africana, também escravizada. Nas fontes testamentais pesquisadas para o período, existe a presença de escravos das duas origens. Não saberia, no entanto, apresentar uma

dimensão comparativa entre ambas em termos de contingentes populacionais. No entanto, vale dizer que a economia colonial carioca se movimentava em grande escala pela utilização do braço escravo, principalmente entre a *nobreza da terra*.

Famílias conquistadoras

A documentação sesmarial pode dar uma grande quantidade de informações, como já foi visto. Entre os dados que ela permite saber, está a análise onomástica dos beneficiários de terras, facilitando o trabalho de procurar quais famílias e grupos podem ter realmente adquirido uma quantidade de bens fundiários maior do que a média da população.

Resolvi portanto, começar investigando quantos destes sesmeiros eram conquistadores de primeira linhagem, ou seja, aqueles que lutaram nas guerras de conquista junto a Estácio de Sá e/ou Mem de Sá. Isso porque, de acordo com a lógica de formação desta sociedade, seriam as principais famílias da terra a monopolizar os principais cargos na governança, as principais ações políticas e econômicas, ligadas de certa forma a própria posse de terras.

Vale ressaltar que não é difícil identificar esses capitães, pois nos pedidos de sesmarias feitos pelo escrivão, sempre enfatizam seus feitos diante do governador.

Partindo desta observação e da análise dos dados com os nomes dos beneficiários das sesmarias, cheguei aos dados seguintes: A quantidade de conquistadores de primeira linhagem que receberam sesmarias nos últimos anos do século XVI foi de apenas 5 em relação ao a montante de 50 requerentes.

Olhando à primeira vista, a conclusão a que se chega partindo desta conclusão é a de que, a maioria das sesmarias, não foram doadas aos conquistadores e sim a outras pessoas. Por outro lado, há registros delas no levantamento de sesmarias recopilado por outros autores (PIZARRO E ARAUJO, 1900, *passim*). De acordo com ele, a grande maioria dos conquistadores recebeu suas sesmarias de 1565 a 1570, ou seja, foram na verdade os primeiros a receber doações.

Passei a procurar então entre os nomes de cada um dos conquistadores da primeira geração encontrados em todas as fontes (primárias ou secundárias), aqueles que

receberam terras e as aproveitaram, permanecendo no Rio de Janeiro e constituindo família. A partir daí, seria possível descobrir como se deu a política de aproveitamento da terra e se há alguma ligação entre eles.

Dos 108 conquistadores que constam na lista de Abreu (exclui os padres e as mulheres de início), encontrei apenas uma pequena parte como residentes no Rio de Janeiro após as guerras de conquista (olhar mapa 2), o que contabilizou 13% do total. Deste percentual, somente uma parte aparece nos registros paroquiais como patriarca de uma linhagem.

Como explicar por um lado a enorme ausência destes conquistadores ou de seus descendentes nos arquivos paroquiais? Em primeiro lugar porque muitos vieram com suas parentelas e índios flecheiros aliados para conquistar e ao final das guerras, voltaram para seu lugar de origem. Uma segunda explicação é a de que alguns deles sucumbiram durante as guerras de conquista.

Por fim, existem aqueles que deixaram rastros de sua permanência na cidade em várias situações, mas que não aparecem nos registros paroquiais.

Dito isto, cheguei a uma amostragem de nomes bastante reduzida, que possuem suas respectivas descendências facilmente encontradas nos registros. São os seguintes nomes: André de Leão, Antônio de Mariz, Antônio de Sampaio e Estácio de Sá – considereei “sua” linhagem a partir de seu primo, Salvador Correia de Sá. Entre eles também está Araribóia, porém, não encontrei registros claros de sua linhagem.

Para efeito do estudo aqui apresentado, vou agregar ainda outros que chegaram ainda no final do século XVI e que chamo de conquistadores de segunda geração. Entre eles está: Manuel Castilho Pinto (pai de João de Castilho Pinto), Aleixo Manuel, Jordão Homem da Costa, Julião Rangel de Macedo, Miguel Aires Maldonado, Domingos de Azeredo Coutinho, Antonio de Madureia. O que pude observar é que, os que chegam num segundo momento estabelecem alianças com os primeiros (citados acima) dando origem aos principais potentados da Capitania no final do século XVII.

Partindo desta lista, pretendo averiguar como se deu a relação entre a formação destas famílias e a administração de seus bens, principalmente fundiários e quais foram às estratégias de acumulação de poder e status ao longo do tempo em relação a eles.

Como já disse anteriormente, entre as estratégias de manutenção do status familiar está a opção por casamentos estratégicos. No caso das primeiras famílias conquistadoras do Rio de Janeiro, pude perceber enlaces matrimoniais supra-capitaniais, ou seja, união com famílias originadas de outras regiões das *terras do brasil*, como Pernambuco, Santos e São Vicente, que constituem em grande parte o que chamei da segunda geração. A família Sá é a única que possui algumas características diferentes, já que os casamentos quase nunca são feitos com pessoas do lugar, e sim noivos de origem europeia ou de outras regiões da América.

Porém, o que deve ser destacado é a tendência endogâmica de grande parte destas famílias instaladas no Rio de Janeiro, claramente apresentada por suas escolhas maritais.

Fazendo-se um estudo detalhado dos bens que possuíam e das regiões que ocupavam chega-se a alguns dados: As famílias citadas acima uniam-se através do casamento e iam agregando bens móveis e imóveis, mais especificamente fundiários. Ou seja, ao se desenhar um mapa da ocupação, percebe-se que os grupos supra-citados estão presentes em praticamente todas as regiões do atual Estado do Rio de Janeiro com suas parentelas.

Conclusão

A partir das análises feitas neste texto, pode-se concluir que a organização do espaço na cidade do Rio de Janeiro não foi feita de forma aleatória ou desleixada, havia sim uma lógica de ocupação que estava baseada nos próprios princípios de organização desta sociedade – o lugar que cada qual ocupava na própria hierarquia social. É interessante ressaltar alguns aspectos importantes: A necessidade de ocupar e povoar a cidade e seu entorno foi acompanhada da transposição de algumas práticas sociais vindas do Antigo regime, diga-se a transmissão da propriedade familiar, através da

passagem do bem fundiário aos aparentados, genros, cunhados, filhos. Além disso, a preocupação em permanecer próximo aos seus – os principais *cidadãos da República* possuíam chãos na parte mais central da cidade, próximos aos demais capitães ou aparentados - local de onde as primeiras sesmarias partiram.

No caso das sesmarias de terras, aqueles que quisessem ter acesso a elas, deveriam possuir condições de arcar com os custos desta ocupação – através do aproveitamento real da terra, com engenhos de açúcar, algodão, criação de animais entre outras coisas - sem ajuda da fazenda real e por isso, nem todos poderiam ser beneficiados.

Tudo isso foi fundamental para o desenho espacial da cidade nos seus primeiros séculos.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. A formação da sociedade colonial fluminense. IN: _____ *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Vol. 1, Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson, 2010.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, editora brasiliense, 1965.

FRAGOSO João. A nobreza da República: Notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: *Topoi*. Rio de Janeiro, nº1, Jan./Dez. 2000.

_____, GOUVEA, Fátima & BICALHO, Fernanda (orgs.) *O Antigo regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, ed. Civilização brasileira, 2001.

HESPANHA, Antonio Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, J & GOUVEA, F.(orgs.). *Na trama das redes: Política e negócios no Império português, séculos XVI- XVIII*. Rio de Janeiro, ed. Civilização brasileira, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, companhia das letras, 1994.

PEDROZA, Manoela. Estratégias de reprodução social de famílias senhoriais cariocas e minhotas (1750-1850). In: *Análise Social*. Vol. XLV (194), 2010.

PIZARRO, José de Souza Azevedo e Araújo. Relação das sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, extraída dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 63(1) 93-153, 1900.

Fontes do capítulo:

Primárias

- Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro

microfilme do século XVI/ rolo 2/ códice 3.4.27, 3.4.28, 2.4.29, 3.4.30.

- Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Registros de óbitos de Santíssimo Sacramento da Antiga Sé (1639- 1700)

Disponível em: www.familysearch.org;